

Democracia e cassação do PCB nas páginas da imprensa paulista e carioca

(1945-1948)

HEBER RICARDO DA SILVA – UNESP/ASSIS

Este trabalho, ainda em fase preliminar de desenvolvimento, é resultado de reflexões sobre as relações entre a política democrática e a imprensa no Brasil no início do período regido pela Constituição de 1946 que tenho trabalhado em minha pesquisa de mestrado.

Embora os jornais sejam utilizados freqüentemente como fonte de pesquisas históricas, nosso objetivo é tomá-lo não apenas como fonte, mas, também, como objeto de análise. Objetivamos, assim, historiar e analisar o papel da grande imprensa do eixo Rio – São Paulo no campo político no momento da transição do regime estadonovista para a nova ordem democrática, destacando as suas apreciações e posicionamentos diante da cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e dos mandatos de seus eleitos, em janeiro de 1948, atos que feriram a perspectiva democrática defendida pela imprensa escrita contra o Estado Novo e que regeria a elaboração da Constituição de 1946.

Os fatos políticos diretamente relacionados à cassação do PCB e dos mandatos dos políticos comunistas, ocorridas entre meados de 1947 e início de 1948, são tratados pela ampla bibliografia ocupada com a história político-institucional do PCB, bem como a atuação dos comunistas. Porém, os posicionamentos sobre a democratização e os atos oficiais contra o PCB lançados pela imprensa da época merecem pesquisas e avaliações mais precisas, dado o parcial conhecimento produzido pela historiografia sobre as formas como a imprensa brasileira divulgou e apreciou àqueles processos no início do período político regido pela Constituição de 1946.

No entanto, dois trabalhos estão diretamente ligados à nossa temática de pesquisa, por tratarem das relações entre comunistas e imprensa, embora abordem

períodos distintos e se ocupem mais detidamente com o anticomunismo. O primeiro é o livro de Mariani ⁱ, o qual trata sobre dois objetos bastante definidos, a imprensa e o PCB, calcado numa análise do discurso. A autora identifica as formações ideológicas e discursivas que constituíram ideologicamente a memória política do país, além da produção discursiva nas páginas dos principais periódicos brasileiros, bem como a narrativa e a memória sobre os comunistas. Porém, não cuida analiticamente do período focalizado por nossa pesquisa, esquecendo importantes temas como os processos eleitorais, a cassação da legenda e dos mandatos comunistas e do contexto político internacional. O segundo trabalho é o de Motta ⁱⁱ, o qual se preocupa com as questões da formação do imaginário anticomunista e sua evolução histórica no país, consonante ao rumo tomado pelos sucessos históricos nacionais e internacionais do comunismo, além de abordar os assuntos referentes às disputas eleitorais, ao comunismo internacional e, sobretudo, às representações criadas pelos principais agentes sociais nos períodos 1917 a 1964. Entretanto, o recorte histórico utilizado por Motta engloba mais detidamente os períodos de 1935-37 e 1961-64, os quais representaram marcos de ruptura institucionais, e deram origem a implantação de regimes autoritários de longa duração e conseqüências históricas profundas. Porém, os anos subseqüentes ao fim do Estado Novo foram abordados de forma superficial, sem a preocupação de analisar a atuação e a dinâmica da grande imprensa em relação à defesa da democratização e manifestações contrárias ao PCB, fatos que constituem o objeto de nossa proposta de pesquisa.

A história da imprensa brasileira tem sido dividida em três grandes períodos. Na fase pré-capitalista, ou seja, nos seus primeiros anos, os jornais apenas prestavam pequenos serviços informativos. A segunda fase inicia-se quando a imprensa passa a incorporar, além das notícias, a opinião política, momento em que surgem as primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas, as quais se beneficiavam, inicialmente, da liberalização e implantação das primeiras tipografias no Brasil. A terceira

fase é caracterizada por modificações decisivas para a imprensa, como o avanço das técnicas, aumento do número de publicações e tiragem. A partir dos anos de 1950, o jornal, além de assumir cada vez mais um caráter de empresa, dependente cada vez mais da publicidade e de verbas oficiais, vê-se obrigado a competir mais intensamente pela divulgação de notícias. Essas transformações foram empreendidas, em parte, pela influência de alguns jornalistas brasileiros que, após terem vivido nos EUA na primeira metade dos anos 1940, retornavam ao Brasil entusiasmados com a organização e técnicas jornalísticas norte-americanas. Sem dúvida, a imprensa brasileira a partir da década de 1950 foi abandonando aos poucos uma de suas tradições, ou seja, o jornalismo de combate, de crítica, de opinião, portanto distanciando-se do modelo francês de jornalismo até então seguido pelos jornais ⁱⁱⁱ.

Os jornais - veículos que apresentavam uma grande independência até a primeira metade do século XX por dependerem estritamente de anúncios avulsos - passaram por grandes transformações após a década de 1950. À medida que o país se modernizava, começaram a surgir as agências de publicidade, aparecendo anúncios de prestígio, de bancos, de indústrias automobilísticas, e outras, propiciando uma mudança na relação do jornal, da sua opinião e seu perfil de renda, pois o jornal passou a sofrer muito mais a influência das agências e dos anúncios de prestígio. A partir de então, os jornalistas passariam a trabalhar em uma empresa assentada em fundamentos da natureza empresarial, e numa indústria, que opera num universo condicionado por grandes interesses, mas isso não significou uma total alienação dos jornais, pois eles ainda apresentam uma certa faixa independente ^{iv}.

Esta pesquisa se ocupa em historiar e analisar as apreciações e práticas dos jornais em relação às primeiras iniciativas voltadas à consolidação da democracia e às arbitrariedades contra o PCB justamente na fase intermediária experimentada pela imprensa, ou seja, quando os jornais davam os primeiros passos em direção ao modelo

imprensa-empresa. Os jornais escolhidos para análise são de tendência liberal e se autodenominam como independentes, imparciais e comprometidos com o ideal democrático.

O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) foi fundado em 1875 com o nome de *A Província de São Paulo*, circulando com esta denominação até 1889, próximo à queda da monarquia. Nasceu do ideal de um grupo de republicanos e sob o comando da família Mesquita, mas se apresentando como órgão independente, sem nenhum compromisso partidário. Em 1º de Janeiro de 1890, adotou o seu atual nome, passando por uma contínua modernização tecnológica e estrutural ao longo de décadas. Um dos momentos mais críticos da sua história foi a intervenção sofrida durante cinco anos pela ditadura varguista, atitude oficial em represália à oposição do jornal ao Estado Novo. Os proprietários do OESP somente retomariam o controle do jornal em 6 de Dezembro de 1945. Sempre defendendo uma ideologia liberal, o jornal, geralmente, mostrou-se contrário aos governos constituídos e posicionou-se como parte da imprensa paulista que objetivava despertar as consciências e moldá-las conforme seus interesses, sobremaneira buscando indicar uma direção ao comportamento político do seu público leitor^v. No que se refere à democracia concebida pelos representantes do jornal, esta se afirmava no princípio da soberania popular, manifestava pela vontade geral do povo, ou seja, a vontade da maioria dos cidadãos ativos expressada mediante eleições. Bastante ligado à União Democrática Nacional (UDN), não deixou de expressar seu apoio a políticos e propostas udenistas, o que a caracterizava como “folha oficiosa” do partido.

O ano de 1921 foi marcado em São Paulo pelo lançamento da *Folha da Noite*, órgão de caráter mais popular e oportunista, entendendo por este termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem. Como desdobramento do sucesso inicial da *Folha da Noite*, os responsáveis pelo periódico lançaram o matutino *Folha da Manhã* (FM) em 1925, porém calcado numa linha editorial mais politizada e

sóbria em relação à *Folha da Noite*. No período de formação de ambos jornais, o Brasil passava por algumas conturbações sérias devido às mudanças no âmbito político, cultural, social e econômico^{vi}. A partir de 1945, a FM apresentaria transformações aceleradas em todos os níveis, pois consegue construir uma base empresarial mais sólida e começa a se consolidar como uma empresa de comunicação inserida na dinâmica da indústria cultural. Tal qual ao OESP, defendeu a UDN no pleito presidencial de dezembro de 1945.

Fundado em 5 de janeiro de 1929, o *Diário de S. Paulo* (DSP) integraria o já então considerável condomínio empresarial *Diários Associados* de propriedade de Assis Chateaubriand. Dirigido, inicialmente, por Rubens Amaral, o DSP seria organizado com equipamentos gráficos importados da Alemanha, os quais permitiram ao jornal, em 1931, dobrar a sua edição de 32 para 64 páginas. Em 1936, rotativas importadas são acrescentadas ao seu parque gráfico, elemento que o permitira tiragens de 34 mil exemplares com 96 páginas em uma hora de rodagem. Quando do seu lançamento, o DSP anuncia que estava interligado com todo o interior paulista e o sul de Minas Gerais por meio de linhas telefônicas, dispondo de 19 sucursais e os serviços das agências internacionais *Havas*, *UPI* e *Brasiliense*. Em pouco tempo, o jornal passaria a ser o mais lido nas cidades interioranas de São Paulo, posicionado como terceiro mais lido do estado. No editorial da primeira edição do DSP, Chateaubriand apresentaria, sob a influência do espírito do jornalismo objetivo que se consolidava no ocidente, o seu novo jornal como livre das conveniências particulares, das ambições individuais e das paixões inferiores. Contudo, esses males não foram evitados pelo próprio Chateaubriand tanto no DSP como nos seus demais jornais e órgãos de imprensa, naquele período e posteriormente, dado que ele sempre os utilizou para os seus imediatos propósitos econômicos e, sobretudo, políticos, geralmente por meio de campanhas diversas em prol ou contra assuntos nacionais, como são exemplos lapidares a favorável à Aliança Liberal (1930), a contra o retardamento da

constitucionalização do país (1932), a pela participação do Brasil na Segunda Guerra (1940), pela democratização brasileira e a contrária ao líder comunista Luís Carlos Prestes (1945)^{vii}.

Por sua vez, o *Correio da Manhã* (CM) sempre se proclamou como um jornal de opinião, apresentando idéias liberais, sendo intransigentemente defensor do regime democrático contra as oligarquias e a qualquer forma de opressão política e econômica sobre a população. Foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt com a intenção de atuar intensamente na vida política do país. Assim, o CM sempre se posicionou como defensor das instituições do estado, apresentando uma linha editorial historicamente favorável à defesa da liberdade política, pois sempre se colocou na luta contra os regimes autoritários da história política brasileira, como no período marcado pela ascensão do Estado Novo. Passou por um processo de modernização a partir dos anos 1940. Segundo seu fundador, o CM nasceu para combater as oligarquias que dominavam o país e não era um órgão neutro, mas sim de opinião. Ademais, o jornal rompeu o cerco da ditadura varguista ao publicar uma entrevista com José Américo, o qual tinha sido candidato à abortada eleição presidencial de 1937 e criticava, na entrevista, o regime estadonovista e defendia a candidatura de Eduardo Gomes^{viii}.

O *Jornal do Brasil* (JB) nasceu com a primeira Constituição republicana, sendo inaugurado em abril de 1891. Inspirado pelo ideário liberal e com inclinação conservadora, não aceitou, inicialmente, nenhum vínculo partidário, identificando-se como um jornal livre e independente, além de defensor das causas populares. Posicionando-se muitas vezes de forma contraditória, o JB foi favorável ao golpe do Estado Novo em 1937, pois achava que seria uma alternativa viável para a crise política vivida pelo país. Durante a ditadura Vargas, adota uma política de cordialidade e moderação com o governo e com sua política. Porém, nas eleições presidenciais de 1945, apoiou a candidatura udenista de Eduardo Gomes, demonstrando sua adesão ao movimento pela democratização nacional

crescente no imediato fim da Segunda Guerra e mudou sua posição política, passando a ser opositor de Vargas e das suas tentativas de continuidade no poder ^{ix}.

O jornal carioca *O Globo* (OG) foi fundado em julho de 1925, apresentando-se como defensor das questões populares, independente e imparcial. Ao longo dos anos, especialmente após o segundo conflito mundial, o periódico conheceu uma intensa modernização, sendo o pioneiro a trabalhar com o processo de rádio-foto e off-set, alcançando, posteriormente, alta tecnologia em impressão e constituindo-se como uma das principais empresas jornalísticas do Brasil. A exemplo de outros órgãos da imprensa, OG foi perseguido pelo discricionário Estado Novo. Durante a ditadura varguista, passou a dar maior atenção a seção de esportes, divulgando com cuidado o noticiário internacional. Com o final da Segunda Guerra, uniu-se às correntes políticas que buscavam integrar o país ao processo democrático e, desta forma, considerava como inevitável a derrubada de Vargas, assumindo posições favoráveis à anistia, às eleições livres e à substituição da autoritária Constituição de 1937 ^x.

Em suma, esta pesquisa se justifica pelo fato de buscar historiar e analisar a ação, os interesses e as justificativas dos principais jornais cariocas e paulistas na defesa da democracia parlamentar representativa diante dos sérios arranhões que este regime sofrera com a cassação do PCB e dos mandatos dos comunistas legalmente eleitos. Enfim, trata-se de precisar e caracterizar a ação da imprensa no papel de defensora das liberdades democráticas durante um capítulo de transição política da história republicana e dentro de um quadro jornalístico marcado pelas primeiras convivências entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, ou seja, quando a notícia passava a ganhar os seus primeiros contornos de mercadoria.

ⁱA autora Bethânia Mariani se atenta para as questões ligadas as relações discursivas, a memória, narrativas, bem como o discurso jornalístico e suas abordagens sobre o PCB.

ⁱⁱ Sobre a formação do imaginário anticomunista e perseguições ideológicas ao PCB ver a obra de Rodrigo Patto Sá: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* (São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002).

ⁱⁱⁱ As informações sobre a transição vivida pela imprensa a partir da década de 1950 estão na obra de Alzira Alves de Abreu (org). *A imprensa em transição* (Rio de Janeiro: FGV, 1996).

^{iv} Para mais informações sobre as transformações dos jornais em empresas de comunicação ver *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1991).

^v Para mais informações sobre o jornal O estado de S. Paulo ver CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1980).

^{vi} Sobre o jornal Folha da Manhã ver Gisela Taschner, *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992).

^{vii} Sobre a atuação de Assis Chateaubriand na imprensa brasileira ver Jacques Wainberg, *Império das palavras* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003).

^{viii} As informações sobre o jornal Correio da Manhã estão na obra de Jéferson de Andrade Ribeiro, *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1991).

^{ix} Sobre a atuação política do Jornal do Brasil ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Pós-1930*.

^x As informações sobre o Globo foram extraídas do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Pós-1930*, e em artigo do Jornal O Globo de 19 de Abril de 1945.